

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO,  
CONTABILIDADE E ATUÁRIA

**EDUARDA DA SILVA RIBEIRO**

**O IMPACTO NA RENDA DO BOLSISTA BENEFICIADO PELO  
PROGRAMA SOCIAL ESTUDANTIL PROUNI.**

SÃO PAULO

2022

**EDUARDA DA SILVA RIBEIRO**

**O IMPACTO NA RENDA DO BOLSISTA BENEFICIADO PELO  
PROGRAMA SOCIAL ESTUDANTIL PROUNI.**

Monografia submetida à apreciação de Banca Examinadora do Departamento de Economia, como exigência parcial para a obtenção do grau de bacharel em ciências econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho

SÃO PAULO

2022

**O autor desta obra autoriza sua publicação eletrônica na Biblioteca Digital da PUC-SP.**

Este trabalho é somente para uso privado de atividades de pesquisa e ensino. Não é autorizada sua reprodução para quaisquer fins lucrativos. Esta reserva de direitos abrange a todos os dados do documento bem como seu conteúdo. Na utilização ou citação de partes do documento é obrigatório mencionar nome da pessoa autora do trabalho e demais itens da referência bibliográfica.

Ribeiro. Eduarda da Silva.

O impacto na renda do bolsista beneficiado pelo programa social estudantil Prouni /Ribeiro. Eduarda da Silva – São Paulo, 2022

44 p.

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Econômicas

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho

1. Impacto 2. Bolsista, 3. Prouni. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.  
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a minha família e ao meu namorado Danilo Lima, que auxiliaram em toda a minha trajetória na universidade.

Em especial meu agradecimento é ao Prouni, a política pública que me possibilitou o acesso ao Ensino Superior. **O PROUNI VIVE.**

**EDUARDA DA SILVA RIBEIRO**

**O IMPACTO NA RENDA DO BOLSISTA BENEFICIADO PELO  
PROGRAMA SOCIAL ESTUDANTIL PROUNI.**

Trabalho de conclusão de curso para obtenção  
do título de graduação em Ciências  
Econômicas apresentado à Pontifícia  
Universidade Católica de São Paulo.

Aprovado em:

Professor

Data

---

---

---

---

---

---

## RESUMO

O presente trabalho irá abordar o tema sobre o impacto na renda dos estudantes beneficiados pelo programa estudantil Prouni. O benefício foi criado em 2004, com o objetivo de inserir no ensino superior jovens de baixa renda. Essa inserção é realizada pelas universidades privadas, que gozam da renúncia fiscal do governo para distribuir as bolsas via Prouni. Importantes discussões serão avaliadas ao decorrer do estudo, como a efetividade do programa, a comparação entre o programa social e as universidades públicas, as fraquezas do Prouni e apresentará também uma pesquisa qualitativa com elaboração própria analisando um comparativo na renda de estudantes beneficiados pelo programa.

**PALAVRAS CHAVES:** PROUNI, IMPACTO, JOVENS, BAIXA RENDA, UNIVERSIDADES PRIVADAS, PROGRAMA SOCIAL, ENSINO SUPERIOR.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução das matrículas .....	26
Gráfico 2 – Número de matrícula na graduação rede pública.....	26
Gráfico 3 – Matrículas segregadas de 2009 a 2017.....	27
Gráfico 4 – Influência dos programas sociais de 2009 a 2017.....	27
Gráfico 5 - Evolução Prouni - Quantidade de bolsas ofertadas.....	28
Gráfico 6 - Evolução das despesas - Renúncia Fiscal.....	31
Gráfico 7 - Modalidade da Bolsa.....	33
Gráfico 8 - Período do curso.....	34
Gráfico 9 - Divisão Bolsas Prouni.....	34
Gráfico 10- Divisão por Raça.....	35
Gráfico 11 - Divisão por Gênero.....	35
Gráfico 12- Idade.....	37
Gráfico 13 - Você é ou foi bolsista do PROUNI?.....	38
Gráfico 14 - Sua bolsa do PROUNI foi integral (100%) ou parcial (50%).....	38
Gráfico 15 - Está cursando a graduação?.....	39
Gráfico 16 - Qual período?.....	39
Gráfico 17 - Caso seja formado, há quanto tempo se formou?.....	40
Gráfico 18 - Qual era a sua renda pessoal mensal quando ingressou na faculdade?.....	40
Gráfico 19 - Qual é a sua renda pessoal mensal atual?.....	41
Gráfico 20 - Você acredita que a graduação teve relação direta com a sua renda atual?.....	41
Gráfico 21 - Sem a graduação, você teria o emprego que tem hoje?.....	42

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>1. CONTEXTUALIZAÇÃO</b> .....	<b>11</b>
1.1 Referencial Teorico .....	12
1.1.1 Modelo de Lucas .....	12
1.2 Capital Humano e Crescimento Econômico .....	13
1.2.1 Efeitos da educação sobre a desigualdade de renda no mercado de trabalho .....	15
1.3 Função da Renda Minceriana .....	16
1.4 Políticas Redistributivas e Crescimento econômico .....	16
1.5 Contexto Brasileiro .....	17
1.5.1 Desigualdade Social e Sistema Educacional .....	17
<b>2. A EDUCAÇÃO SUPERIOR E OS SETORES PÚBLICO PRIVADO NO BRASIL</b> .....	<b>19</b>
2.1 Escola Superior De Guerra .....	21
2.1.2 Resultados da estruturação do Ensino Superior no Brasil .....	23
2.2 Dados Censo Superior Inep .....	25
<b>3. PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI)</b> .....	<b>28</b>
3.1 Origem.....	28
3.1.2 Renúncia Fiscal .....	30
3.2 Regras do funcionamento – Atuais .....	32
3.2.1 Perfil dos bolsistas .....	33
3.2.2 Resultados Alcançados .....	36
3.3 Pesquisa Qualitativa – O impacto na Renda.....	37
3.3.1 Resultados .....	37
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>43</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	<b>44</b>

## INTRODUÇÃO

O ano de 1990 foi marcado pelo desenvolvimento de novas instituições de ensino superior no Brasil. Esse crescimento se originava principalmente em instituições privadas – Enquanto o ensino superior público apresentava dificuldade, por conta da redução nos gastos – Por conta disso, as instituições privadas obtiveram maior expansão do ensino superior. O início dos anos 2000, representou um desafio para consolidar o processo de equidade, igualdade e democratização do acesso ao ensino. (MARTINS, 2000; SCHWARTZMAN, 1996; OLIVEIRA et al.2008)

Com esse cenário o governo direcionou sua atenção a políticas sociais de redistribuição de renda. Houve a criação de mecanismos de políticas públicas e privadas de inclusão ao ensino superior brasileiro: O Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM – passou a ser uma ferramenta de ingresso à graduação, no ensino superior público e privado; O Apoio a planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI – tem o objetivo de ampliar o número de vagas nas instituições públicas; O Sistema de Seleção Unificada – SISU- é uma opção para ingresso em universidades privadas de todo o país por meio da pontuação ENEM. O setor privado de ensino superior também teve medidas do governo para democratização, o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior –FIES- é a concessão de financiamento estudantil, e o Programa de Universidade para Todos –PROUNI- onde é fornecido bolsas de estudo para estudantes de baixa renda.

Dentre as diversas políticas estudantis mencionadas, o presente projeto de pesquisa tem por finalidade analisar o aumento relevante na renda dos alunos que cursaram seus respectivos cursos financiados e custeados pelo programa social PROUNI.

O PROUNI - Programa de Universidade Para Todos - tem como objetivo promover acesso às universidades particulares brasileiras para estudantes de baixa renda (cuja renda per capita familiar declarada não exceda 3 salários-mínimos), não ter cursado o ensino superior e ter cursado seu ensino médio integralmente em escolas públicas ou com bolsas integrais em escolas

particulares. Foi oficializado pelo Governo Federal em 13 de janeiro de 2005 (Lei 11.096). Sua finalidade é a inclusão social pela concessão de bolsas parciais 50% ou integrais 100%. A oferta de bolsa nas instituições privadas tem como contrapartida concessão de isenções fiscais.

O programa social é amplamente criticado por ser política de acesso, mas não de permanência do estudante. Ao decorrer dos 4 capítulos da análise, esse será um dos assuntos tratados.

A pesquisa contará com duas análises, sendo a primeira análise econométrica, realizada a partir de dados abertos do Prouni. A segunda análise será baseada em uma pesquisa de campo realizada com “ex-prounistas” já formados, inseridos no mercado de trabalho.

É importante mencionar que a pesquisa apresentada levará em consideração apenas o impacto na renda por trabalho formal, não estimando os impactos por trabalhos informais. Acredita-se que estudantes do Prouni realizarão atividades remuneradas no mercado de trabalho, ou seja, estarão empregados.

A presente pesquisa contribui para a economia em algumas frentes. A primeira na análise do impacto na renda, onde será explorado a especificidade do programa e os seus impactos. Uma segunda contribuição, seria em relação as críticas sobre o programa social, realizando uma análise considerando as forças e fraquezas. A terceira e última contribuição, seria a afirmação, após estudo econométrico, sobre a importância da educação no desenvolvimento do país sendo originado por programas sociais estudantis com o objetivo de distribuição de renda.

## 1. CONTEXTUALIZAÇÃO

De acordo com o IBGE (2020), o Brasil é o nono país mais desigual do mundo, a distribuição de renda continua concentrada e aumentou frente a 2015 (ano em que o indicador atingiu o menor patamar). A pesquisa divulgada é recente, mas essa característica da sociedade brasileira se remete a raízes históricas ao período de colonização portuguesa. Instaurou-se no país com a distribuição desigual de terras, expandiram-se com a divisão de classe e trabalho escravo. Essas características perpetuaram ao longo dos ciclos econômicos da sociedade. Países com origens de sociedades desiguais apresentam alta tendência a se manterem desiguais ao decorrer do tempo, sendo caracterizado um fenômeno persistente. Esse fato demonstra dificuldade de romper o paradigma.

Os estudos indicam que a desigualdade extrema reduz de forma considerável a taxa de crescimento da renda dos mais pobres em relação aos mais ricos. Para uma taxa de crescimento mais sustentável essa realidade deve estar associada a uma distribuição de renda mais igualitária. (ALEXANDER, 2015; OSTRY ET AL.,2014).

De acordo com as pesquisas do Banco Mundial, o desequilíbrio no poder forma instituições com desigualdade persistente, e prejudicam a inovação, o investimento e o crescimento econômico. Os mercados imperfeitos – a respeito da distribuição de crédito, capital humano e terra – geram consequências como: desigualdade de oportunidades responsáveis por perdas produtivas e alocação ineficiente do recurso. (BANCO MUNDIAL,2006 e 2013).

A desigualdade obstrui os investimentos, constituindo barreiras ao crescimento econômico. Além da má distribuição de renda, também tem consequências de âmbito social, pois gera deterioração da coesão social colocando um grupo com mais probabilidades do que o outro, gerando violência, tensão social, guerras e conflitos raciais.

Parte da solução do problema da desigualdade é do governo pois, sua atuação pode reduzir de forma significativa a desigualdade de renda por meio da adoção

de políticas públicas redistributivas, incluindo o aumento do investimento em serviços públicos de maior qualidade na área da educação para a população afetada.

De acordo com a OECD (2011), há um aumento dos rendimentos daqueles que concluíram a educação terciária, os incentivos proporcionados pelo governo para completarem níveis mais elevados de educação (acima da educação secundária), motivam os alunos a adiarem os planos de consumo imediato para obter ganhos futuros. Em média - entre os países da OCDE – o aluno que conclui a educação terciária, tem a probabilidade de receber em até 50% a mais que um aluno que obtém apenas a educação secundária. No Brasil, esse aumento é de 156%, sendo o mais alto entre todos os países analisados.

Entretanto, 29% daqueles que não completaram a educação secundária, ganham menos da metade da média salarial e apenas 8% desses indivíduos tem rendimentos duas vezes maiores que a média nacional.

Na Teoria do Capital Humano é evidenciado que a produtividade é relacionada de forma direta às habilidades e conhecimentos do trabalhador, resultantes do investimento em capital humano (GARY BECKER, 1962).

No início dos anos 2000 houve a criação de programas de democratização ao ensino superior por meio de dois processos: Por financiamento estudantil – Fundo de Financiamento do Ensino Superior (FIES) – através de juros subsidiados ou através de concessão de bolsas parciais ou integrais de estudos, para estudantes da rede pública – Programa Universidade para Todos (PROUNI) – ambos os programas necessitam da realização do ENEM (Exame Nacional Do Ensino Médio). No presente trabalho, o PROUNI será o programa avaliado.

## **1.1 Referencial Teórico**

Nesse capítulo será abordado teorias econômicas de crescimento econômico por meio do incentivo a educação.

### **1.1.1 Modelo de Lucas**

O modelo de Lucas (1988) é baseado na teoria de crescimento econômico endógeno. Postula que o investimento na educação conduz a um aumento no estoque de capital humano. O modelo irá distinguir os efeitos internos de capital humano (ao se profissionalizar, o trabalhador se torna mais produtivo) e os efeitos externos que aumentam a produtividade de outros agentes da economia. O modelo é dado pela equação:

$$Y_i = A(K_i) \cdot (H_i) \cdot H^e$$

No modelo, a variável A é um coeficiente técnico,  $K_i$  é a quantidade de capital (máquinas);  $H_i$  é a quantidade de capital humano; o H é o nível médio de capital humano usado como um todo na economia. O “e” é o efeito externo do capital humano na produtividade. Na equação identifica que cada empresa se beneficia no nível de capital médio na economia. Portanto, não é o conhecimento acumulado que conduz o crescimento da economia, e sim o nível médio de habilidades e conhecimentos da economia que são essenciais no crescimento econômico. O investimento em capital humano tem efeitos de transbordamento (além dos efeitos internos como mencionado anteriormente) que aumentam o nível de tecnologia da economia de forma geral. Esse efeito no modelo será observado como externalidades positivas na acumulação de capital humano no setor educacional sobre a produtividade e crescimento da economia. Esse estoque tem capacidade de afetar todas as empresas inseridas na economia.

## 1.2 Capital Humano e Crescimento Econômico

Segundo a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), o capital humano é definido como o conjunto de conhecimentos, habilidades, competências incorporadas pelos indivíduos adquiridos por meio da educação e pela capacitação.

Desde os primórdios o capital humano é um fator relevante a ser considerado numa economia, sua evolução decorreu de acordo com as necessidades de cada período. Para Adam Smith, o capital humano se torna um fator de produção, entretanto admite pouca intervenção do Estado, sua ideia era baseada no processo de divisão de trabalho e livre mercado. Sendo assim, o emprego, mão de obra e capital devem-se manter em equilíbrio para não gerar

desigualdade. Tendo uma mão-invisível que organiza e equilibra todo o processo do comportamento da oferta e demanda de empregos.

O esforço natural de cada indivíduo no sentido de melhorar sua própria condição, quando sofrido para exercer-se com liberdade e segurança, é um princípio tão poderoso, que ele é capaz, sozinho e sem qualquer ajuda, não somente de levar a sociedade à riqueza e à prosperidade, mas de superar centenas de obstáculos impertinentes com os quais a insensatez das leis humanas muitas vezes obstáculo seus atos. (SMITH, 1776, p.49)

Marshall também trata o assunto com extrema importância, dividiu a riqueza em bens materiais e imateriais. Os imateriais são as habilidades e qualidades dos indivíduos devem ser incentivadas pelo Estado, sendo de sua responsabilidade investir na educação da nação.

Em 1950, Schultz formaliza a Teoria do Capital humano. Em sua teoria, identifica que o conhecimento é uma forma de capital, que é uma decisão individual ou entre partes o investimento na educação como forma de aumentar a produtividade. Após sua análise, diversos pesquisadores passaram a analisar a importância do fator capital humano. O caminho para o desenvolvimento do país, o aumento no bem-estar social e renda está amarrado ao nível de conhecimento individual. É o conjunto de conhecimentos, habilidades e qualidades individuais, que se torna possível o aumento da produtividade do país e a redução da desigualdade.

Embora seja óbvio que as pessoas adquiram capacidades úteis e conhecimentos, não é óbvio que essas capacidades e esses conhecimentos sejam uma forma de capital, que esse capital seja, em parte substancial, um produto do investimento deliberado, que têm-se desenvolvido no seio das sociedades ocidentais a um índice muito mais rápido do que o capital convencional (não-humano), e que o seu crescimento pode muito bem ser a característica mais singular do sistema econômico. Observou-se amplamente que os aumentos ocorridos na produção nacional têm sido amplamente comparados aos acréscimos de terra, de homens-hora e de capital físico reproduzível. O investimento do capital humano talvez seja a explicação mais consentânea para esta assinalada diferença. (SCHULTZ, 1973, p.31)

Após a década de 80 ser beneficiada por teorias relevantes de crescimento endógeno, os investimentos em educação para acumulação de capital humano foram observados como um dos principais determinantes do crescimento de longo prazo. No século passado, antes da segunda guerra mundial (1945), parte da literatura acreditava que a educação não tinha aspecto relevante no crescimento da economia. Entretanto, estudos posteriores identificam que a economia depende da educação para promover um crescimento sustentável.

Portanto, a educação detém impactos no capital humano e no avanço da tecnologia. Em relação ao crescimento econômico, ela atua em dois canais: O primeiro canal é influenciado de forma indireta, pelo qual o capital humano possibilita o progresso tecnológico. O segundo canal seria por meio do aumento direto da produtividade do trabalhador, produzindo mais com redução de tempo e custo.

### **1.2.1 Efeitos da educação sobre a desigualdade de renda no mercado de trabalho**

No mercado de trabalho o salário é calculado por meio do cargo, escolaridade entre outros fatores. A desigualdade na estrutura salarial é algo esperado dentro do mercado trabalho, quanto mais complexa for a função, melhor será remunerada. Com esse cenário, quanto maior for o retorno por determinadas atividade maior será a desigualdade existentes entre os trabalhadores.

O mercado de trabalho após o século XX, teve alterações na estrutura e na distribuição de renda. Essas mudanças resultaram em uma crescente desigualdade de renda, originando uma maior dispersão salarial entre indivíduos de diferentes níveis educacionais.

Entre diversas hipóteses analisadas, a principal proposta se refere há uma possível mudança como consequência do uso intensivo de tecnologia na produção. Os avanços tecnológicos proporcionam uma conversão, substituindo os trabalhadores (que realizavam atividades mais simples) e complementando o quadro, com trabalhadores mais qualificados. Sendo assim, teria uma demanda maior para mão de obra altamente qualificada.

### **1.3 Função da Renda Minceriana**

Um dos principais métodos de determinação da salarial de um indivíduo é a “Função Renda”. Becker utilizou esse método em um dos seus estudos.

Essa função fornece uma estrutura teórica que permite a criação de um modelo para o processo que o indivíduo pratica de escolher entre investir seu tempo em mais estudo, tempo livre ou trabalho. A partir dessa perspectiva o indivíduo trará a valor presente o fluxo acumulado esperado de ganhos a serem obtidos com investimentos de seu tempo em educação subtraindo os custos que terá com a atividade.

O indivíduo irá buscar uma escolha ótima de maximização, referente ao valor presente dos fluxos, a partir desse ponto será realizada sua escolha sobre investir mais tempo em nível educacional.

Os dados necessários para serem utilizados nessa estimativa do retorno educacional, será baseado em sua trajetória de vida completa a depender dos ganhos futuros a partir da entrada no mercado de trabalho até sua aposentadoria, incluindo todos os custos relacionados (financeiro e custo de oportunidade).

### **1.4 Políticas Redistributivas e Crescimento econômico**

Em 2018 o Fundo Monetário Internacional (FMI) realizou o estudo “Redistribuição, igualdade e crescimento” onde foi analisado as preocupações dos atuais economistas em relação a economia mundial atual e a vulnerabilidade as crises. A desigualdade limita o progresso na saúde, educação, causa instabilidade econômica e política e reduz o investimento. Sendo observado que uma menor desigualdade está relacionada de forma direta com o um crescimento mais rápido e sustentável.

No artigo de Oded Galor e Joseph Zeira (Distribuição de renda e macroeconomia) identifica os efeitos da desigualdade em mercados imperfeitos,

destacando a má distribuição em mercado de crédito. A população que sofre com esse aspecto, de mal distribuição de crédito não atingiram a capacidade produtiva plena, como consequência um produto agregado abaixo do esperado. A ausência de acesso ao crédito é responsável por restringir o investimento em acumulação de capital humano. Todos esses fatores mencionados, resultam em um não alcance da taxa ótima de investimento no país.

## **1.5 Contexto Brasileiro**

O nosso país é o maior país da América do Sul, compartilha uma fronteira com todos os países do continente além do Equador e do Chile. É o quinto maior país do mundo e é semelhante em tamanho ao Estados Unidos continentais. Dividido em 26 estados e um distrito federal, a geografia do Brasil varia significativamente por região. A população é de cerca de 199 Milhões de pessoas. Uma porcentagem desproporcional da população vive na região Sudeste do país, e 87 por cento vivem em áreas urbanas.

O sistema educacional atual é baseado na constituição de 1988, onde destaca que a educação é um direito universal que deve ser promovido e financiado pelo governo (Lei das diretrizes da base da educação).

### **1.5.1 Desigualdade Social e Sistema Educacional**

Segundo PONCE (2005), o sistema educacional se constituiu-se quando a sociedade se estruturou em classes sociais, encerrando a chamada “sociedade primitiva”. Esse sistema, passou a servir aos interesses da classe dominante.

Os interesses da classe social dominante passaram a delimitar o campo da educação, essa necessidade de se apropriar das atividades técnicas e intelectuais foi o que compôs a divisão social do trabalho. Ao identificar esse elemento de causa e efeito, a classe dominante compreendeu o impacto direto da educação necessária para o desenvolvimento do sistema produtivo (SOARES, 2004; TONET, 2005).

“O sistema educacional superior brasileiro é um sistema de elite, pois inclui apenas 10% da população da faixa etária dos 18 aos 24 anos, critério utilizado pela OCDE para mensurar acesso ao ensino superior.

Tais números evidenciam o desfavorável quadro brasileiro em relação a índices educacionais de seus vizinhos: na Argentina, o percentual de jovens de 18 a 24 anos no ensino superior é de 39% e no Chile, de 27%. Para caracterizar um sistema de massa, o sistema deve absorver de 15 a 33% dessa população, e para ser considerado universal, deve absorver mais de 33%". (GUERRA E FERNANDES, 2009).

Segundo OLDRINI (2004), direcionando a atenção para análise do sistema capitalista, a perspectiva utilizada parte da premissa de que a desigualdade social, corresponde primeiramente e principalmente à uma crise estrutural. Essa crise, envolve valores e ideologias, mas que se encontram na relação de produção, sendo relações sociais por meio do trabalho assalariado.

Na sociedade brasileira, a alta taxa de desigualdade de renda se remete às origens da história da nação, o início da colonização e na forma desigual em que a terra foi distribuída.

O Brasil vem mantendo o quadro histórico de desigualdade na distribuição de renda e alto nível de pobreza. É uma sociedade que enfrenta o desafio de acesso às condições mínimas de dignidade e cidadania. No século XXI, a taxa de desigualdade brasileira apresentou uma tendência de queda com o aumento da renda dos mais pobres, de forma superior ao aumento da renda dos mais ricos. Entretanto, mesmo com o relativo aumento na renda, a população brasileira sofre com aspectos de baixa escolaridade. Um dos fatores mais demandantes do país é a eliminação total do analfabetismo e o incentivo de acesso ao ensino superior.

Segundo Bourguignon (2002) a alta concentração de renda tem como consequência o surgimento de um trade-off para os formuladores da política, tendo que considerar a desigualdade de renda como um obstáculo adicional podendo reduzir os efeitos positivos das políticas de crescimento. E, portanto, deve-se focar em políticas de longo prazo visando um crescimento sustentado.

Esses fatores são cruciais para reduzir o problema de distribuição de renda. O acesso ao ensino melhora de forma gradual as habilidades dos trabalhadores no mercado de trabalho promovendo um aumento na produtividade média por trabalhador. Aumentando a sua qualificação o retorno crescente na sua produção, inovação.

De forma geral, na segmentação do mercado de trabalho, quanto maior a escolaridade mais especializada é o trabalhador explicando as diferenças salariais. Portanto, através de políticas públicas o aumento nos anos de estudos aumenta o estoque de capital humano, reduz as diferenças salariais existentes na sociedade, aumentam a produtividade média por trabalhador e como consequência geral um aumento econômico sustentável fomentando a inovação e tecnologia.

No estudo anteriormente mencionado do FMI, irá ressaltar que algumas taxas de crescimento maiores e mais sustentáveis tem correlação com a redução da desigualdade. Isso ressalta mais uma vez, a importância da educação e como é crucial o incentivo de acesso ao ensino superior pois a educação é o caminho a ser percorrido para obter uma sociedade mais igualitária.

## **2. A EDUCAÇÃO SUPERIOR E OS SETORES PÚBLICO PRIVADO NO BRASIL**

Segundo Barbosa (2002), a educação sempre esteve entrelaçada à percepção de desenvolvimento de uma sociedade. É conclusão geral no âmbito de crescimento, como mencionado durante todo o presente trabalho, que nenhum país consegue aspirar ao desenvolvimento e independência econômica, sem um sistema de educação sustentável. Pois, o conhecimento é mais importante do que os recursos materiais de produção para o desenvolvimento humano.

Pestana (2001) reflete além, a educação atualmente não tem impacto apenas no crescimento econômico, mas na manutenção da cidadania e a redução significativa na desigualdade social enfrentada pelo país.

“A educação superior contribui para o desenvolvimento sustentável e a melhoria da sociedade como um todo, ao formar profissionais qualificados e capazes de satisfazer às necessidades de todos os setores de atividades humanas, e a disseminar o conhecimento por meio da sua difusão (LUCCHESI, 2005).”

Na década de 1960, o Brasil inicialmente direcionou as políticas públicas para atender a expansão do desenvolvimento econômico. Em 1970, ocorreu a expansão desse segmento, quando os alunos aprovados em exames de

vestibulares públicos não puderam ser absorvidos pelas instituições públicas por falta de vagas. Sampaio (2000), irá ressaltar que é exatamente nesse momento que as universidades particulares ganharam força, quando o Estado não tinha recurso para suprir a necessidade de inclusão do número de formandos do Ensino Médio nas universidades públicas. Devido essa demanda crescente, e o conhecimento dessa deficiência, a educação se tornou um segmento atrativo para os empresários atuarem. A questão principal, como a boa formação dos professores, qualidade do ensino e política de vagas do Estado, a partir desse momento foi deixada em segundo plano.

O Plano Nacional de Educação, deixou evidente a reformulação do Ensino Superior. Segundo o Plano, o Estado reconhece os sérios problemas que se agravarão caso não estabeleça uma política que promova a renovação e o desenvolvimento. É proposto a elevação da taxa de escolarização da população de 19 a 24 anos para 30% em um período de 10 anos. Com a nova diretriz, houve aumento considerável do número de matrículas no ensino superior.

Entretanto, ainda participa um número reduzido de estudantes. O principal problema nessa questão, é o baixo número de ofertas proporcionalmente ao país. Para Catani e Hey (2007), a origem do problema inicia em 1990, quando o número de estudantes do ensino médio evolui, gerando pressão da população por continuidade dos estudos. Os autores, afirmam que o PNE não previu uma incorporação sustentável do projeto pelo Estado, da demanda pelo Ensino Superior. Novamente, isso explica a grande oferta do número de vagas pelas IES particulares, cujo está fora da realidade e alcance da maior parte dos brasileiros. E apesar da iniciativa do desenvolvimento das universidades públicas acontecer de forma precarizada, a expansão do número de matrículas no ensino superior é sustentada pelo setor privado.

Em 2001 o autor Vaidergorn, afirma que as políticas para o nível superior no Brasil vêm gerando resultados técnico-científico duvidosos. Pois, a desigualdade vem se aprofundando. Algumas das iniciativas exercidas pelo Estado, facilitaram a ascensão das IES particulares, desobrigando o Estado a cumprir com o dever social de acesso à educação a sociedade.

Em todo pensamento econômico e sociológico, dentre os clássicos, liberais, keynesiano ou marxista, é consenso comum que a Educação é um dever do Estado.

“Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”  
(CONSTITUIÇÃO FEDERAL, CAP III - ART. 205)

Quando o poder público não consegue atender às necessidades de demanda do ensino superior, a própria sociedade se organiza e cria outra instituição, estipulado ensino superior privado. Mas quem não dispõe de condições financeiras para investir em curso superior?

## **2.1 Escola Superior De Guerra**

Nos anos 70, o governo militar percebeu a deficiência e tentou criar uma forma alternativa de acesso ao estudante carente à universidade particular. A ideia inicial era, um empréstimo do governo para que esses estudantes pudessem ter a oportunidade de frequentar uma universidade, chamado CREDUC. No final da década de 90, foi elaborado o Plano de Financiamento estudantil – FIES. E, em 10 de setembro de 2004, a criação do Programa Universidade para Todos – PROUNI. Essa ambiciosa meta de democratização da educação passa a fazer parte da retórica governamental, o projeto de Brasil Potência formatado na ESG (Escola Superior de Guerra). Trouxe efeitos significativos, em 70 o país contava com 300 mil estudantes matriculados e dez anos depois, este número saltou para um milhão e meio.

Segundo o renomado economista Milton Friedman, ganhador do prêmio Nobel de 1976, o governo poderia exigir um nível mínimo de instrução financiada dando aos pais uma determinada soma máxima anual por filho para ser utilizado em serviços educacionais. Esse serviço, poderia ser fornecido por empresas privadas operando com ou sem fins lucrativos. O papel do governo seria garantir a qualidade mínima das instituições (FRIEDMAN, 1988, p.84).

A argumentação de Friedman, expressa a livre escolha da instituição e curso que o estudante possa fazer seus estudos. Essa adoção, além de garantir uma qualidade mínima da grade curricular das universidades promove também a competição entre as diversas instituições participantes, sendo mais eficiente a alocação de recursos. Nesse contexto, seria necessário a existência de um órgão regulador que definisse os padrões a serem seguidos.

Em essência, o Banco Mundial determina que o modelo europeu de universidade (estatal), não é compatível com a América Latina. Segundo Marcovitch, a grande diferença entre universidade pública e particular é o ciclo do tempo da primeira ser mais longo do que a segunda. A universidade pública se permite o investimento em carreiras ainda não estruturadas, o resultado da carreira deve surgir em cinco ou dez anos. O ensino privado, não pode fazer isso pois tem que responder as demandas imediatas, ajudar a formar profissionais, eventualmente até pesquisadores, mas com o pensamento de retorno financeiro de curto prazo. Já a universidade pública tem outra dimensão de importância dentro de um país que é da pesquisa e o compromisso com problemas estruturais da sociedade que a sustenta.

Quais as justificativas sobre a privatização do ensino superior? Os economistas liberais argumentam que advogam a redução da responsabilidade do Estado com o ensino superior. A possibilidade de redução de gasto público do governo com educação, vai por sua vez expandir o ensino particular. Segundo Schimitz (1984 p. 60), qualquer pessoa ou grupo humano tem o direito de oferecer ensino superior livremente, não podendo ser impedidos pelo Estado sob pena de estabelecer um monopólio incompatível com a liberdade humana fundamental e com a responsabilidade democrática.

Marcovitch (1998, p.130) afirma que a universidade pública não conseguiu acompanhar a demanda de cursos de graduação. Mas também a lógica do ensino privado tem limitado o florescimento da pesquisa. A grande questão levantada diante disso é: como é possível juntar e aproximar uma universidade pública (onde tem uma pesquisa mais avançada), com uma universidade privada (onde tem cursos de graduação mais intensos em quantidade), necessitando assegurar uma boa qualidade de ensino? Essa complementaridade deve ser buscada em benefício da juventude brasileira.

Em meio a discussão, a ANDES (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior) manifesta-se em defesa do ensino público e gratuito, direcionando diversas críticas ao ensino superior privado, onde um dos pilares principais da sua visão é a falta de supervisão do MEC na qualidade e eficiência das aulas ministradas. Isso, mesmo quando se leva em consideração à concessão de recursos públicos às instituições particulares, como isenção de impostos, concessão de empréstimo para estudantes e contribuições sociais. Expressam significativa defesa ao ensino público, conforme mencionado a seguir:

“É absolutamente clara a inadequação de critérios de mercado e lucratividade aos objetivos da educação. A ausência de projetos de pesquisa, a precariedade das instalações materiais, sobretudo bibliotecas e laboratórios, e a elevada jornada de trabalho dos docentes inviabilizam sua qualificação e aperfeiçoamento, o que implica massificação da educação e baixa qualidade de ensino (CADERNOS ANDES, N.2., P.17, Out.2003).

### **2.1.2 Resultados da estruturação do Ensino Superior no Brasil**

A demanda por ensino superior foi crescendo de forma exponencial desde o fim da 2ª Guerra Mundial, considerando também como consequência do crescimento demográfico, o setor público não suportou financeiramente e nem capacidade de pessoal para atender a necessidade dessa demanda. A partir desse cenário, a universidade particular foi ganhando força e se estabelecendo com maior rapidez e flexibilidade.

“Ao todo, o país superou 3 milhões de alunos na graduação. Mais de 2 milhões estudam em faculdades particulares, enquanto a maioria dos universitários brasileiros (57%) frequentam cursos noturnos (...). Em 1995 o setor privado atendia 60% dos estudantes, hoje em 2001, este índice subiu para 69%” (JORNAL VALOR ECONÔMICO, 9 de agosto de 2002, p.23)

A nova ordem internacional de globalização trouxe a excessiva competição de mercados entre as nações, onde apenas os países mais capazes sobrevivem às disputas. Conforme visto em todo o trabalho, o papel da educação com esse novo contexto econômico de globalização é inquestionável. Entretanto, para o Brasil enfrentar essa competição, é necessário superar o tempo perdido a fim de

qualificar mais a população que está em extrema desvantagem em relação aos outros países.

A democratização do ensino universitário deve ocorrer através da comunhão de esforços e recursos públicos e privados. Mas as instituições públicas devem ser periodicamente fiscalizadas por um órgão regulador a fim de garantir o padrão mínimo de qualidade e evitar a mercantilização do ensino. Dentro das IES particulares, o que não pode e não deve ser admitido é a expansão ou multiplicação desmedida dessas IES que não apresentam o mínimo de qualidade e eficiência.

As universidades particulares estabelecem mensalidades o que favorece a elitização do ensino. A fim de atenuar essa situação, os países possibilitam um sistema de bolsas de estudos para alunos desprovidos financeiramente.

Retornando ao princípio inicial e focal do presente trabalho, a democratização do ensino é objetivo nacional, sendo assim o governo deve repartir com as instituições particulares o desafio do acesso ao ensino superior dos jovens brasileiros. Como constatado, o Estado não tem capacidade financeira para atender a demanda.

“Insanos seriam os governos se pretendessem cobrir com a atividade estatal toda área do ensino em seus diversos graus. Pois nenhum orçamento público, especialmente em países em desenvolvimento como o nosso em que já há tantas e tão prementes necessidades a atender, estaria em condições de proporcionar às suas custas, educação de 1º grau para todos, a de 2º grau para o maior número possível e a de nível superior para os que se encontram em condição de recebê-la (MARTINS, 1981, p. 87)

A grande questão é que as universidades particulares tiveram de fato um crescimento significativo, mas não é constatado um aumento de igual intensidade na produção científica nacional, o que continua sendo conduzida pelas instituições públicas. Esse fenômeno serve apenas para aumentar a reprodução de capital em mãos de empresários do ensino. Em termos de custo, o auxílio do governo a fim de beneficiar estudantes via bolsa ou empréstimo no ensino superior privado é mais vantajoso do que o ensino público.

“Se considerarmos só a atividade de graduação, fica em torno de 5.482 reais, são dados de 99, por aí. Sistema público federal, se nós considerarmos toda as atividades, o custo do aluno fica em quase 12 mil reais. (ANAIS DO III FÓRUM NACIONAL: ENSINO SUPERIOR PARTICULAR BRASILEIRO, 2002, p. 118)

Dentro dessa analogia, seria mais vantajoso o Estado utilizar a estrutura montada pelas universidades particulares e pagando por isso através de mecanismos como o CREDUC, FIES E PROUNI.

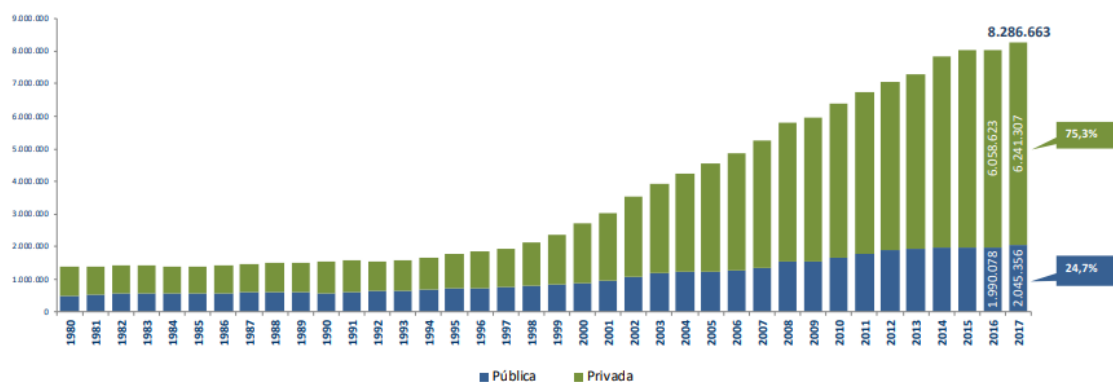
“(1) As privadas resolveriam o problema que enfrentam de vagas ociosas, superior a 30% do total; (2) é mais barato para o governo comprar tais vagas nas privadas do que investir nas públicas – R\$ 50 milhões de renúncia fiscal garantem 100 mil vagas nas privadas, ao passo que para conseguir este número nas públicas seriam necessários R\$350 milhões; (3) as vagas nas privadas seriam conseguidas imediatamente, ao passo que nas públicas isso levaria muito mais tempo.” (NICHOLAS DAVIES, <http://www.andes.org.br/clipping> em 03/07/2004)

As observações do Ministro da Educação referentes ao projeto Universidade para Todos – PROUNI, são evidências de quem em termos operacionais e financeiros as universidades particulares são mais eficientes. Em linhas gerais, o PROUNI concebe bolsas de estudos integrais e parciais para estudantes cuja renda per capita familiar não ultrapasse um salário-mínimo e meio (em caso de bolsas integrais) e três salários-mínimos (no caso de bolsas parciais). As instituições de ensino que aderirem esse programa estarão isentas dos seguintes tributos: imposto de renda PJ, contribuição social sobre o lucro líquido, contribuição social para o financiamento da seguridade social e contribuição para o Programa de Integração Social – PIS.

## **2.2 Dados Censo Superior Inep**

O censo da educação do ensino superior de 2017, trouxe dados importantes para visualizar o crescimento das instituições privadas em quantidade de matrículas no Brasil frente às Universidades Públicas. Onde 75% das matrículas estão na rede privada e apenas 25% delas na rede pública.

**Gráfico 1 – Evolução das matrículas do ensino superior brasileiro 1990-2017**

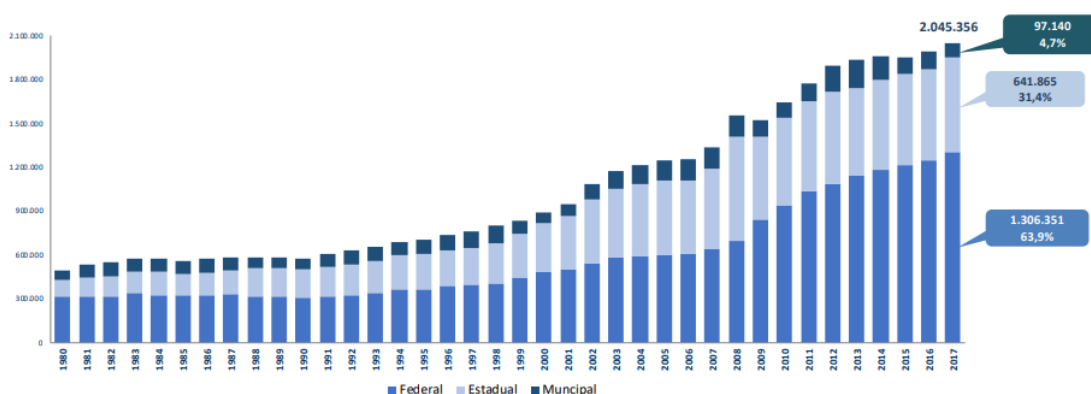


Fonte: INEP – CENSO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR 2017

“Com mais de 6 milhões de alunos, a rede privada tem de três em cada quatro alunos de graduação. Em 2017, a matrícula da rede pública cresceu 2,8% e a matrícula da rede privada volta a crescer 3,0% após a queda registrada em 2016” (Inep – Censo de Educação Superior 2017, p. 16)

Não há como negar que o volume de matrículas nas universidades públicas evoluiu ao decorrer dos anos, em 2017 houve 2.045.356 matrículas.

**Gráfico 2 – Número de matrícula na graduação rede pública**

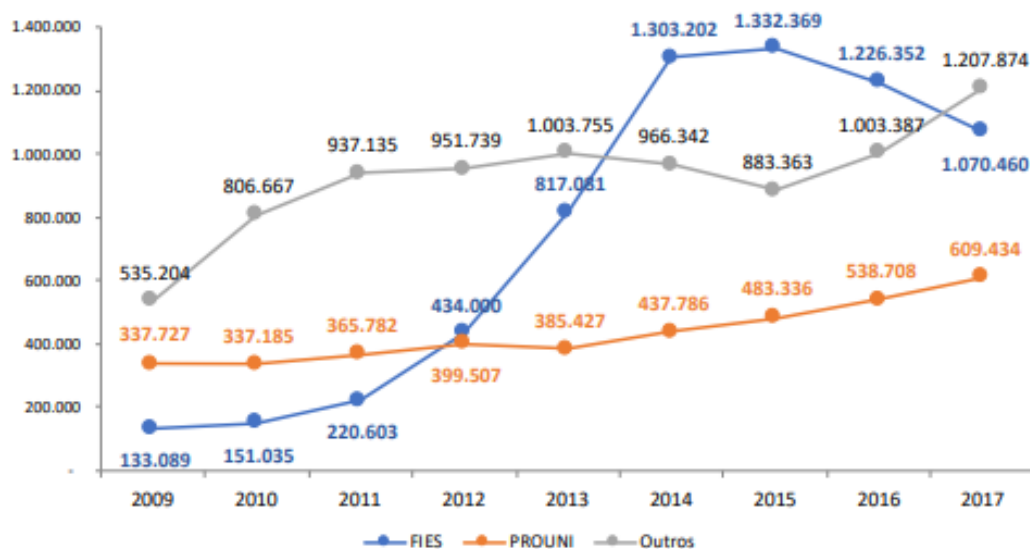


Fonte: INEP – CENSO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR 2017

No entanto, diante desse cenário temos que levar em consideração alguns fatores, como: do número de vagas oferecidas, quantas foram ocupadas por alunos carentes?

O quadro abaixo irá detalhar e segregar as matrículas no ensino superior nas instituições privadas. Em 2017, a rede privada brasileira teve 609.434 matrículas de alunos beneficiados do Prouni e 1.070.460 de alunos beneficiados pelo FIES.

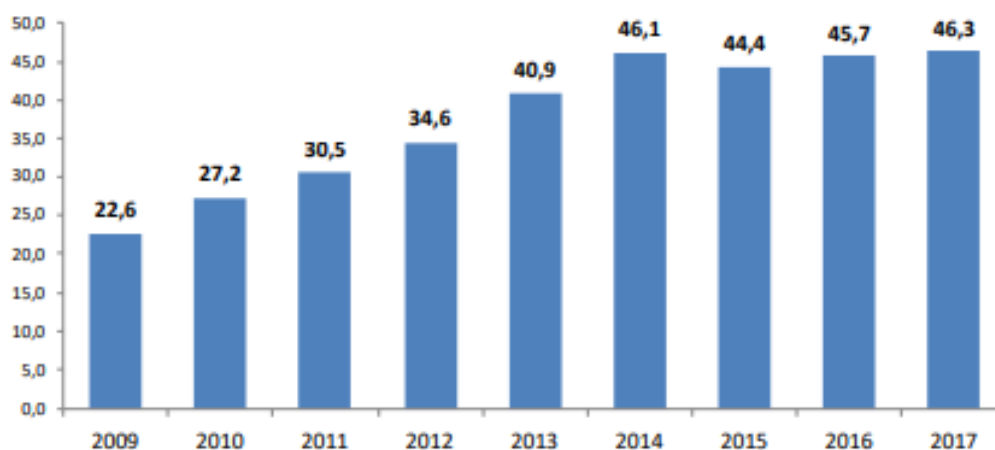
**Gráfico 3 – Matrículas segregadas de 2009 a 2017**



Fonte: INEP – CENSO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR 2017

A partir de 2009 é possível visualizar a influência dos programas sociais estudantis nas matrículas da rede privada. Em 2017, esse número chega a representar 46,3% das matrículas realizadas por alunos do FIES ou Prouni.

**Gráfico 4 – Influência dos programas sociais de 2009 a 2017**

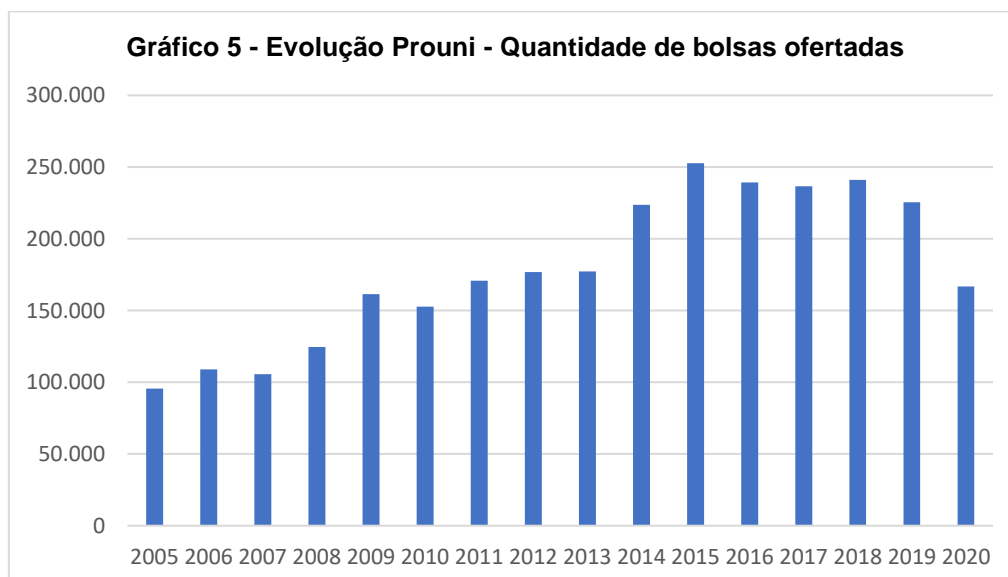


Fonte: INEP – CENSO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR 2017

### 3. PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS - PROUNI

O programa tem como objetivo principal o aumento expressivo no ingresso ao ensino superior de alunos carentes através da concessão de bolsas de estudos em universidades particulares.

O gráfico abaixo irá mostrar a evolução do projeto em quantidades de vagas ofertadas entre 2005 e 2020:



Fonte: Elaboração própria com base nos dados fornecidos pelo Ministério da Educação.

#### 3.1 Origem

A política estudantil foi elaborada no governo do então presidente Luiz Inácio Lula, em 2004. Foi institucionalizada pela Lei Nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005 e tem como finalidade a democratização do ensino superior do Brasil. Sua meta, como estabelecido pelo Plano Nacional de Educação – PNE, visa aumentar o ingresso de jovens entre 18 e 24 anos ao ensino superior.

“A política pública direcionada à expansão da educação superior no governo Lula teve como ponto de partida a identificação, por meio de diagnóstico no programa de governo, de que a taxa de escolaridade líquida da educação superior brasileira era muito baixa e distante da meta de 30% proposta pelo Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2010)”. (CARVALHO, 2014, p. 215)

O programa passou por três etapas distintas em sua estruturação: 1) Lei Nº 3.582/2004 de 13 de janeiro de 2004; 2) Medida Provisória Nº 213, de 30 de setembro de 2004; e 3) Lei definitiva Nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Durante sua estruturação, o projeto sofreu 292 emendas.

No primeiro projeto (Lei Nº 3.582), as regras eram mais específicas de forma a determinar um público-alvo extremamente carente. Só poderiam ser concedidas bolsas de estudos aos alunos cuja família apresentasse renda per capita de até um salário mínimo. Foi na medida provisória Nº 213, onde foi ampliado o limite de renda per capita para até um salário-mínimo e meio para bolsas integrais e de até 3 salários-mínimos para bolsas parciais (50%). Outra mudança relevante da medida no projeto, foi o critério estabelecido, antes só poderiam concorrer as bolsas quem estivesse cursado pelo menos os 3 anos do ensino médio em escola pública, essa medida passou a contar com a exceção de que poderiam ser aceitos alunos que cursaram escolas particulares com bolsas integrais.

“O veto do presidente ao artigo 2º da lei retorna o texto original enviado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional e retira a possibilidade dos alunos que realizaram o ensino médio em escola privada, com bolsa parcial, de concorrerem ao ProUni. O veto trata de manter o enfoque do programa de concessão de bolsas, que visa garantir acesso ao ensino superior para o estudante de baixa renda que, de outra forma, não chegaria a cursar o ensino superior. Segundo Lula, “presumir que o bolsista parcial do ensino médio faz parte desse mesmo público é absolutamente falacioso”. (PORTAL MEC, 2004)

Além dos critérios estabelecidos para os alunos, houve mudanças nos critérios da IES (Instituições de Ensino Superior), o critério antes utilizado para desvinculação da IES era de que as instituições que não alcançasse um bom desempenho no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) por dois anos consecutivos ou três anos de forma intercalada não estariam mais aptas a ofertar vagas para o programa. Após a alteração da medida provisória, esse período foi estabelecido para 3 anos consecutivos de desempenho ruim no exame, sofreriam a desvinculação do projeto. Esse é um critério que se manteve, mesmo após a terceira fase de estruturação.

### **3.1.2 Renúncia Fiscal**

A partir dos anos 60, houve uma intensa credibilidade em elaborar políticas pública por meio da linha de pensamento público-privado. O governo militar, valeu-se de incentivos e isenções fiscais como forma de subsidiar a apoiar a atuação privada no projeto de desenvolvimento nacional. Esses incentivos patrocinaram o desenvolvimento de alguns setores da economia, o ensino superior foi um deles. A constituição de 1967, determinava a não incidência de impostos sobre a renda e os serviços de estabelecimentos de educação, principalmente ensino superior, que gozaram do privilégio. O instrumento de incentivo foi fundamental na economia, oferecendo um crescimento intensivo das instituições, garantindo até a continuidade da atividade das atividades no período da crise.

Já nos anos 90, a legislação sofreu alterações relevantes, estabelecidos pelo art. 20 da LDB/96. Basicamente, foi a diferenciação institucional intra-segmento. Antes, todas as instituições eram passivas de usufruírem a isenção, a partir da alteração, apenas as instituições sem fins lucrativos seriam consideradas para gozar de tal privilégio. As primeiras deixaram de ser beneficiadas de recursos públicos e renúncias fiscais.

No Governo Lula, o programa vem acompanhado do discurso de justiça social e inclusão. O principal indicador, era a baixa adesão de matrículas de jovens desfavorecidos de 18 a 24 anos frequentando o ensino superior.

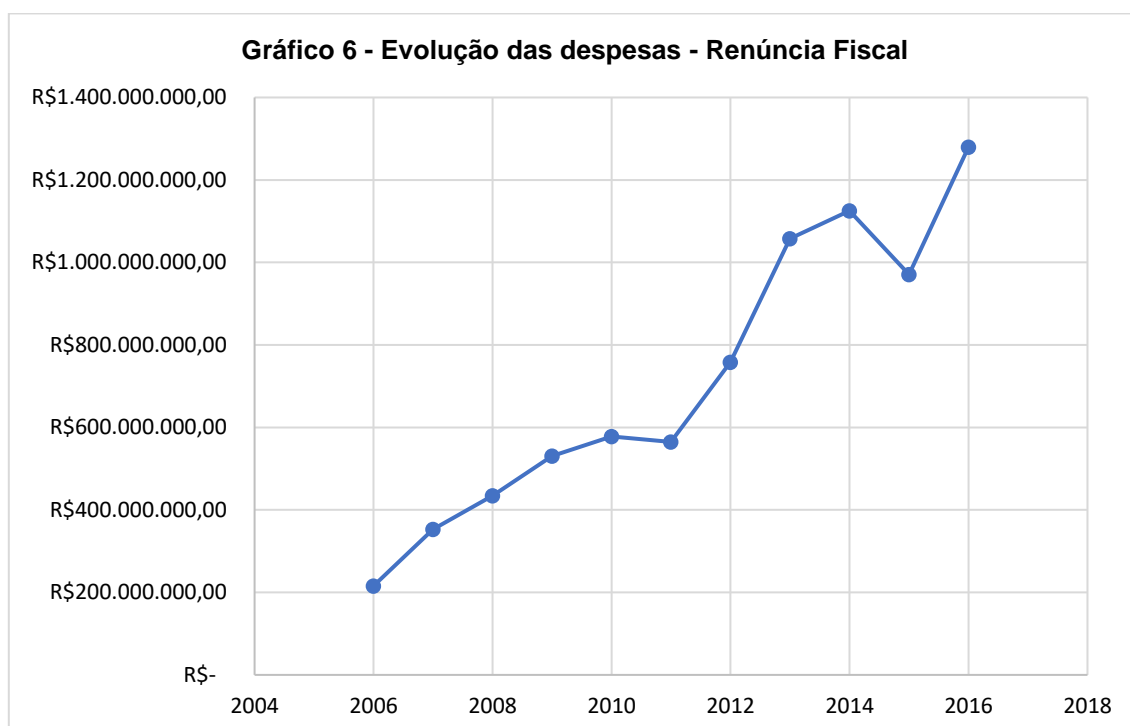
O Programa universidade para todos, oferece as bolsas por meio de renúncias fiscais do Governo. Basicamente, as instituições que aderem aos programas deixam de pagar determinados impostos para fornecer bolsas de estudos.

As instituições privadas de Ensino Superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficente, que aderir ao Programa passa a ser isenta, durante o período de vigência do termo de adesão, dos seguintes tributos: PIS, COFINS, CSLL e IRPJ. Para usufruir as instituições devem mostrar com clareza suas contabilidades todos os elementos que compõem as despesas e receitas.

Desde sua criação, em 2005, os cofres públicos deixaram de arrecadas cerca de 8 bilhões.

Segundo o ministro da Educação (Aloizio Mercadante - 2008), o custo é mais barato do que a criação de vagas.

“O custo é bem mais barato do que se nós fôssemos criar uma vaga. Porque há (custo) estrutura de sala de aula, o professor, o laboratório, a biblioteca. Então, ele (empresário) aumentar algumas vagas em sala em contrapartida do incentivo fiscal é um investimento que traz bons resultados quando a gente oferta em cursos bons. É o que nós estamos fazendo, aumentando o rigor da qualidade para garantir que as bolsas do Prouni sejam para bons cursos, que valha a pena o investimento do recurso público” (ALOIZIO MERCADANTE, 2008).



Fonte: Receita Federal

### **3.2 Regras do funcionamento – Atuais**

Como visto anteriormente, o programa sofreu diversas alterações referente às suas regras. Atualmente, a concessão de bolsa é destinada aos alunos que cursaram o ensino médio integralmente em rede pública, escolas de rede privada sendo bolsista integral e aos professores de rede pública. Nesse último caso, as bolsas oferecidas aos professores são destinadas àqueles que cursaram cursos de licenciatura, pedagogia e superior com o objetivo de formação para o magistério de educação básica (independe dos limites de renda), a regra estabelecida com para esse parâmetro é de que os professores estejam exercendo suas funções nas instituições públicas.

Além dos professores, o programa também destina bolsas para um público-alvo de pessoas com deficiência, negros e autodeclarados pretos, pardos e indígenas. Mas as regras referentes à renda e formação no ensino médio seguem aplicadas da mesma forma para a seleção ampla.

A seleção utilizada para o programa é o ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio, mas a IES pode adotar outras etapas a seu critério. O processo seletivo do programa é composto por duas fases: o processo regular e o processo remanescente.

No processo regular (geralmente em fevereiro e julho), o aluno escolhe a modalidade de bolsa (deve se encaixar no perfil do estudante), o curso, o turno dentre os disponíveis e a instituição desejada. A partir disso, o Sisprouni (Sistema do Prouni), classifica os estudantes de acordo com as notas do Enem com base na média aritmética da redação e conhecimentos gerais. O aluno que obtiver a maior nota na seleção de vagas e preencher os requisitos será aprovado nessa fase inicial e se tornará responsável em enviar as documentações necessárias referente às informações prestadas como forma de comprovar a veracidade. A instituição irá realizar a análise junto ao coordenador do programa. Após esse processo, o aluno prossegue com a matrícula na instituição.

No processo remanescente só acontecerá a partir das bolsas não preenchidas no processo regular. A própria instituição é responsável por preencher essas vagas, considerando as condições: ser professor de rede pública de ensino ou participar do Enem, a partir de 2010 e obter médio final igual ou superior a 450 pontos e não ter zerado na redação.

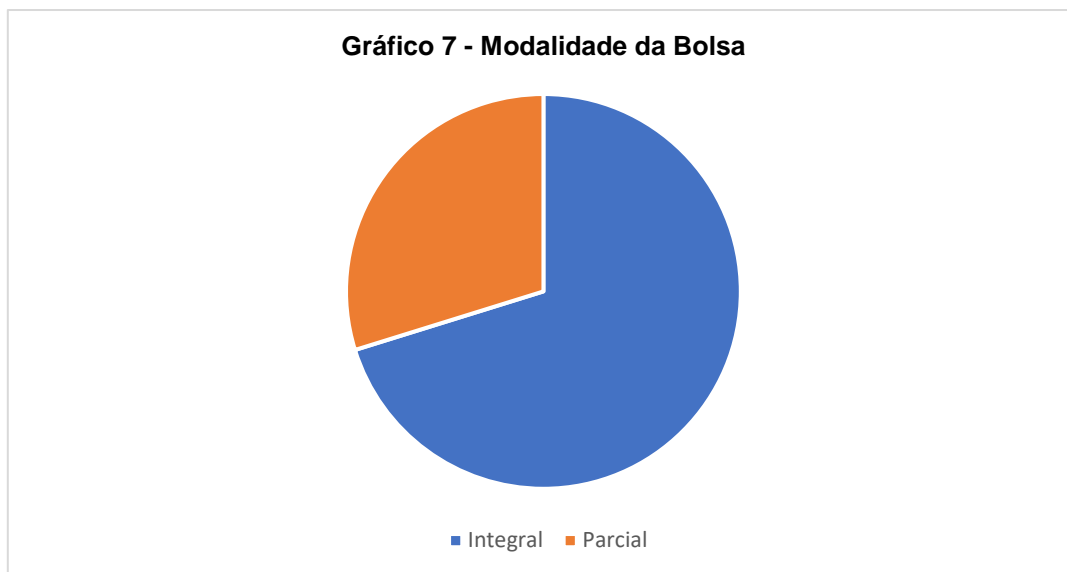
Esse método de processo seletivo, visa garantir a efetividade de concessão de bolsas aos alunos que tenham de fato, o perfil do programa.

Durante o curso, o bolsista deverá manter aproveitamento acadêmico de, no mínimo, 75% nas matérias cursadas em cada semestre. Caso isso não ocorra, o aluno estará sujeito a pena de cancelamento da bolsa. O coordenador tem a autorização de, no caso de não aproveitamento, autorizar uma única vez, a continuidade do benefício.

Analisar o método de seleção da política pública, se faz necessário para compreender sua avaliação e efetividade. Sendo um aspecto fundamental para entender o objetivo e os resultados do projeto.

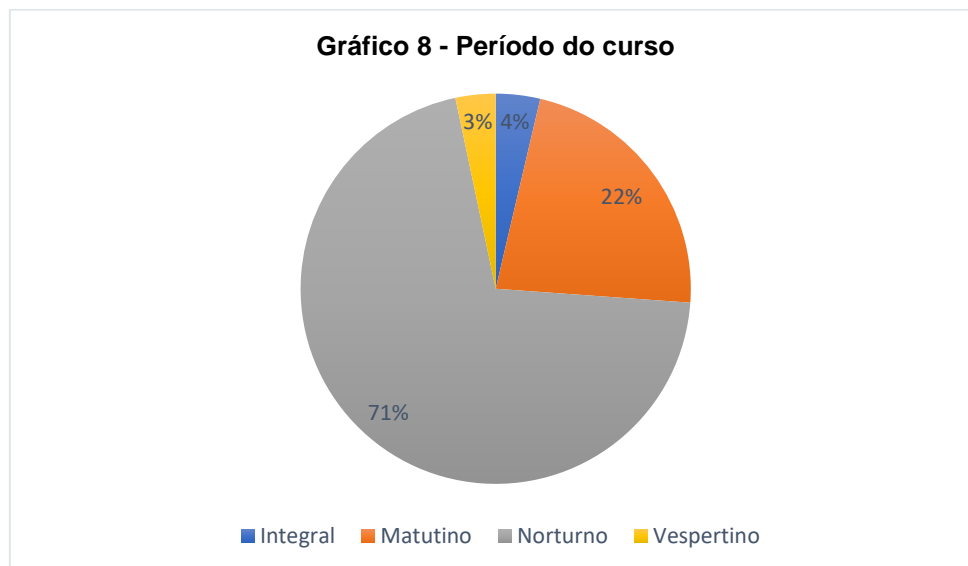
### **3.2.1 Perfil dos bolsistas**

Segundo os dados abertos do Prouni, entre 2005 e 2020 foram ofertadas 2.859.371 bolsas de estudos. Sendo, 70% (2.007.450) bolsas integrais e 30% (851.921) bolsas parciais. Sendo, 81% (2.305.019) distribuídas para cursos presenciais e 19% (554.351) para cursos EAD (Ensino à Distância).



Fonte: Elaboração própria com base nos dados fornecidos pelo Ministério da Educação.

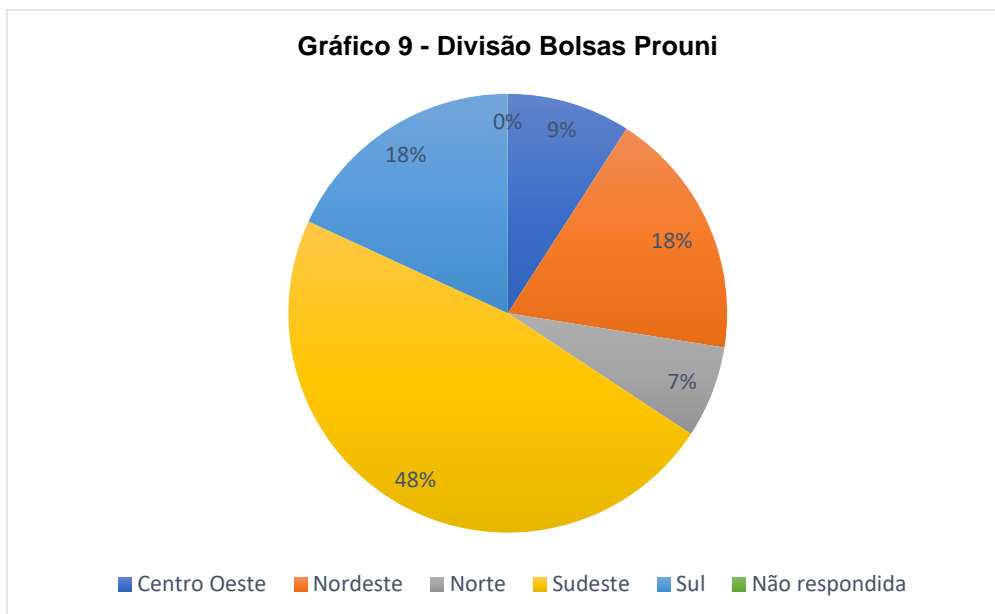
De 2.859.371 bolsas participantes, 84.595 foram preenchidas para cursos de período integral, 517.952 para cursos matutinos, 1.625.957 para cursos noturnos e 76.515 para cursos vespertinos. O gráfico abaixo apresenta em porcentagem a divisão para melhor comparação:



Fonte: Elaboração própria com base nos dados fornecidos pelo Ministério da Educação.

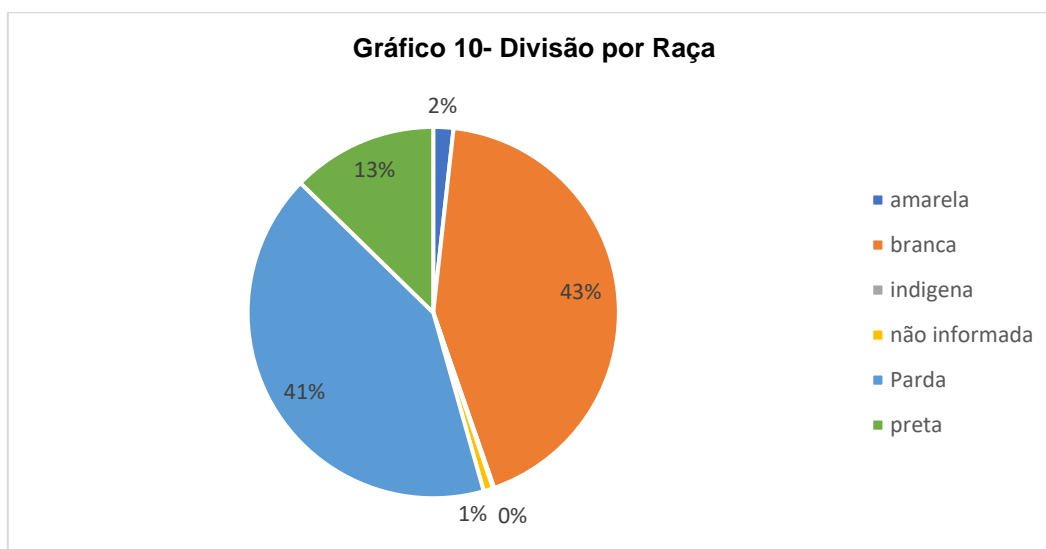
Na divisão por região, como se observa a região com maior concentração de bolsa é o Sudeste com 1.360.965 bolsas, a segunda maior região é o Nordeste

com 526.071 bolsas. Sucessivamente, o Sul contabiliza 517.936 bolsas preenchidas, Centro Oeste com 260.344 e o Norte 193.652 bolsas.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados fornecidos pelo Ministério da Educação.

A divisão dos bolsistas em raça, segue: 50.154 declarantes da raça amarela; 1.227.422 branca; 3.031 indígenas; 1.192.069 parda; 362.984 pretas; 23.712 não quiseram informar.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados fornecidos pelo Ministério da Educação.

Quanto a divisão por gênero, 55% são do sexo feminino (1.559.904) e 45% (1.299.468) do sexo masculino.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados fornecidos pelo Ministério da Educação

### 3.2.2 Resultados Alcançados

Desde sua criação, dois milhões de estudantes foram beneficiados com o programa social. Costa e Ferreira (2007), afirmam que o projeto foi responsável por gerar cerca de 5,15% do aumento de matrículas no setor privado.

O número de bolsas ofertadas também aumentou de forma significativa. Em 2005, o Prouni ofereceu cerca de 95.629 bolsas para 241.117 no ano de 2018, cerca de 152% nesse período.

Entretanto, realizando uma comparação entre o número de bolsas ofertadas e o número de bolsas concedidas, é encontrado um hiato. Isso acontece, porque o número de bolsas concedidas não acompanhou a quantidade de bolsas oferecidas.

**Tabela 1 – Vagas ociosas de 2005 a 2014**

	<b>Nº de Bolsas ofertadas</b>	<b>Nº de bolsas Concedidas</b>	<b>Vagas ociosas (%)</b>
<b>2005</b>	112.275	95.629	15%
<b>2006</b>	138.668	109.025	21%
<b>2007</b>	163.854	105.574	36%
<b>2008</b>	225.005	124.621	45%
<b>2009</b>	247.643	161.369	35%
<b>2010</b>	241.273	152.733	37%
<b>2011</b>	254.598	170.766	33%
<b>2012</b>	284.622	176.764	38%
<b>2013</b>	252.374	177.326	30%
<b>2014</b>	306.726	223.598	27%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados fornecidos pelo Ministério da Educação

A partir de 2013, há uma queda em relação a ociosidade. Esse movimento é atribuído à algumas medidas por parte da Secretaria da Educação, como a criação da lista de espera do Prouni em 2011. Outro aspecto que ressalta a redução do número de vagas ociosas, é a complementação da lei N° 12.431/2011 alterando o art. 8° da Lei 11.096/2005, estabelecendo a isenção fiscal de forma proporcional ao número de bolsas concedidas, e não ao número de bolsas ofertadas. Assim, as universidades privadas têm o incentivo maior em maximizar a ocupação das bolsas.

Entre 2000 e 2010, a quantidade de jovens entre 18 e 24 anos matriculados nas IEs mais que dobrou, de 9,1% a 18,7%. O Norte e o Nordeste tiveram um aumento de 200% de matrículas, sendo uma das regiões mais favorecidas.

### **3.3 Pesquisa Qualitativa – O impacto na Renda**

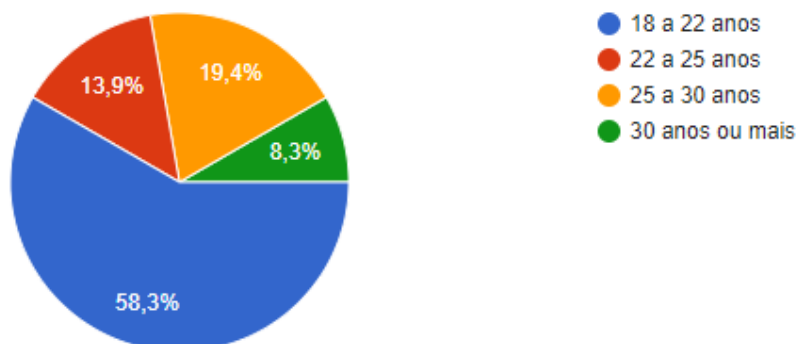
Além de entender o perfil dos bolsistas com informações de dado aberto, foi realizado uma pesquisa com 36 alunos e ex-alunos bolsistas. Na pesquisa, foi evidenciado o impacto real do programa sobre a renda do beneficiado.

Do questionário respondido, 17 (47,2%) são do gênero masculino e 19 (52,8%) são do gênero feminino, totalizando 36 respostas.

#### **3.3.1 Resultados**

**Gráfico 12- Idade**

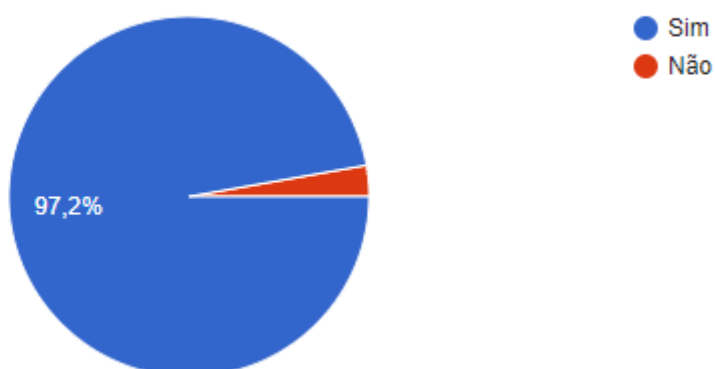
36 respostas



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 13 - Você é ou foi bolsista do PROUNI?

36 respostas



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 14 - Sua bolsa do PROUNI foi integral (100%) ou parcial (50%)?

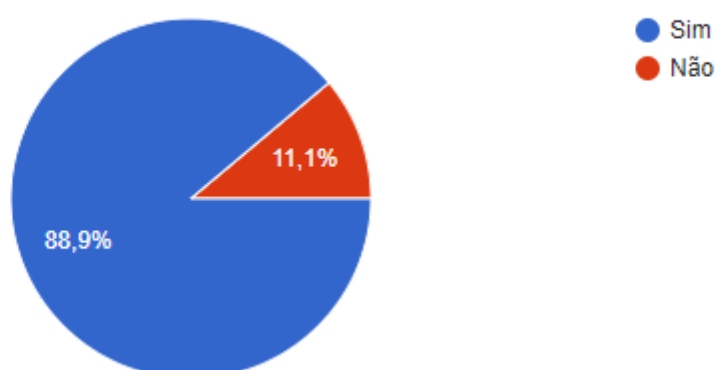
36 respostas



Fonte: Elaboração própria

**Gráfico 15 - Está cursando a graduação?**

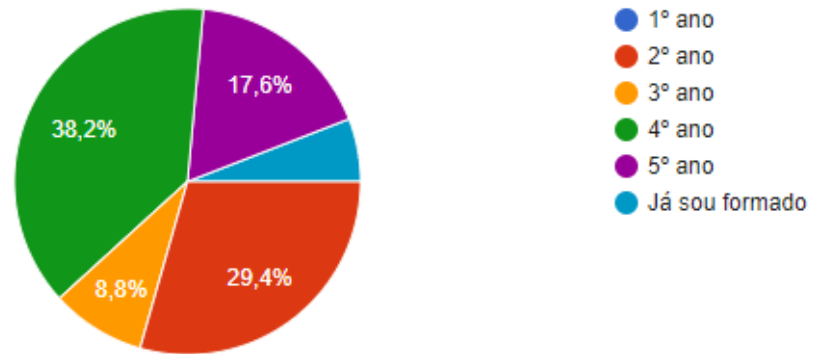
36 respostas



Fonte: Elaboração própria

**Gráfico 16 - Qual período?**

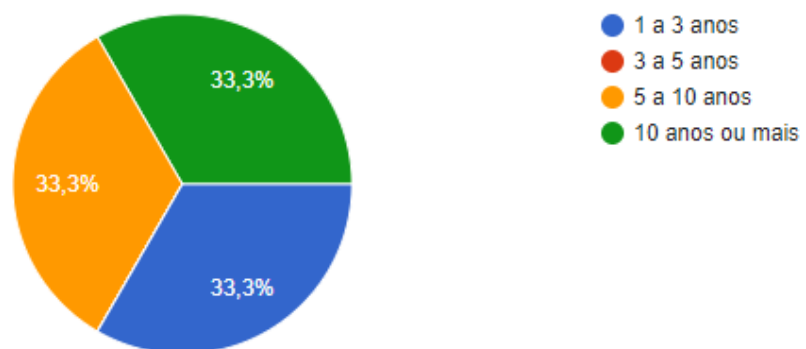
34 respostas



Fonte: Elaboração própria

**Gráfico 17 - Caso seja formado, há quanto tempo se formou?**

3 respostas



Fonte: Elaboração própria

**Gráfico 18 - Qual era a sua renda pessoal mensal quando ingressou na faculdade?**

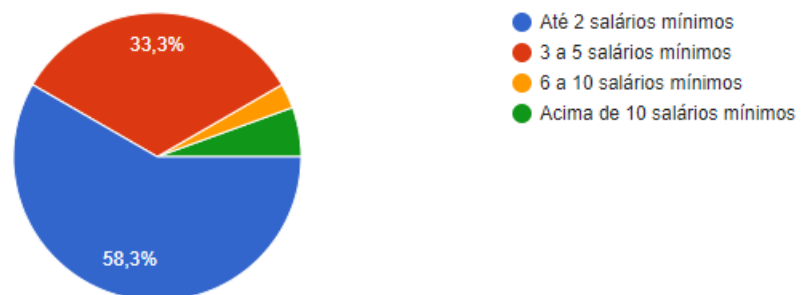
36 respostas



Fonte: Elaboração própria

**Gráfico 19 - Qual é a sua renda pessoal mensal atual?**

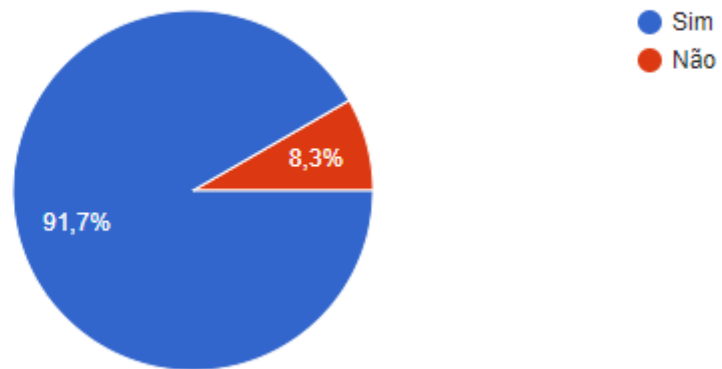
36 respostas



Fonte: Elaboração própria

**Gráfico 20 - Você acredita que a graduação teve relação direta com a sua renda atual?**

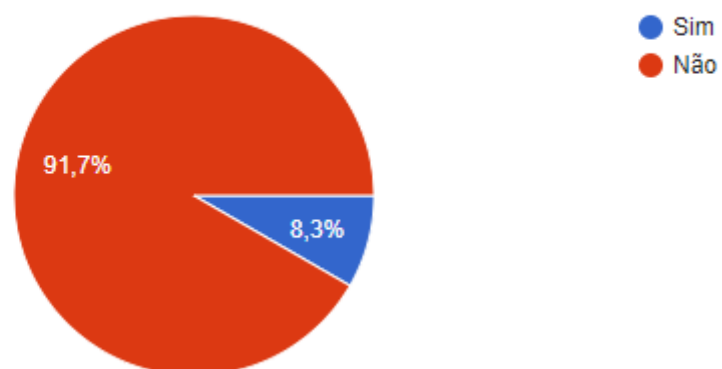
36 respostas



Fonte: Elaboração própria

**Gráfico 21 - Sem a graduação, você teria o emprego que tem hoje?**

36 respostas



Fonte: Elaboração própria

A pesquisa reflete exatamente o que o presente trabalho analisa. O aumento considerável na renda dos estudantes na questão referente à renda atual (Qual é a sua renda pessoal mensal atual?), demonstra que antes de cursar a graduação não havia respostas a partir da distribuição de faixa de 6 salários mínimos. A maior renda, estava na faixa de até 5 salários mínimos (2,8%) o que é correspondente à 1 pessoa apenas. Após a universidade, é constatado um aumento no número de respostas na faixa de distribuição de de 3 a 5 salários mínimos para 33,3%, correspondente à 12 participantes da pesquisa.

A crença de que o programa estudantil PROUNI, tem impacto direto na renda atual é de 91,7% dos bolsistas. O número se repete, quando é constatado que não haveria a possibilidade de estarem ocupando seus cargos sem a graduação.

## **CONCLUSÃO**

O estudo buscou realizar uma avaliação dos impactos do Prouni nos alunos beneficiados pelo programa, no que tange aos potenciais efeitos redistributivos existentes sobre a melhoria na desigualdade da renda no Brasil.

Diante da investigação acerca dos efeitos do programa, alguns dados foram mencionados a fim de evidenciar a efetividade dessa política pública. Para tanto, foi detalhado questões como renúncia fiscal do governo, volume de matrículas nas universidades, a precariedade na fiscalização das IES e o perfil dos alunos beneficiados pelo programa.

Em virtude dos fatos mencionados, é inegável a relação direta da educação sobre o crescimento econômico. O Prouni, é o programa social estudantil onde, mesmo diante das suas dificuldades estruturais, é o mais efetivo de impacto direto na renda e na mão de obra das famílias carentes. Ainda assim, o programa se destaca por utilizar a estrutura das instituições privadas, reduzindo o custo para o governo de construção e folha de pagamento das universidades públicas. Também foi apresentado o procedimento do cálculo médio realizado a partir da renúncia fiscal para determinar o custo por estudante ao governo, sendo financeiramente mais vantajoso ao governo.

Os resultados indicam que a política de inclusão do Prouni é efetiva, no número de matrículas, no aumento da renda dos alunos (conforme apresentou a pesquisa qualitativa) e na inserção no mercado de trabalho. Dessa forma há indícios significativos que permitem a conclusão de que o atual programa de política pública estudantil tem impacto na sociedade de forma benéfica.

A desigualdade de renda deve continuar sendo um tema de grande relevância no nosso país, devido à desigualdade em toda sociedade. Nesse cenário, a intervenção do governo, atuando na criação de programas de políticas públicas efetivas na melhoria da educação é fundamental para o crescimento econômico. O fenômeno de desigualdade de renda do Brasil deve ser considerado em discussão a fim de contribuir na busca de soluções que possam propiciar melhorias nas condições de vida da população e em uma sociedade mais igualitária.

## **BIBLIOGRAFIA**

CERQUEIRA, HENRIQUE COUTINHO (2019). ***Uma Análise Acerca Dos Impactos Do Prouni Sobre A Desigualdade De Renda E O Crescimento Econômico;*** Disponível em <http://www.mestradoprofissional.gov.br/sites/images/mestrado/turma3/henrique-coutinho-cerqueira.pdf>

BECKER, G. S. ***Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education.*** New York: Columbia University Press for the National Bureau of Economic Research, 2nd Edition. 1975.

BECKER, G. S.; CHISWICK, B.R. *Education and the distribution of earnings*, *American Economic Review, Proceedings*, 56:358-369, 1966

BECKER, G. S. *Investment in Human Capital: A Theoretical Analysis*. *Journal of Political Economy*, 70(5): 9–49, 1962

BRASIL. Ministério da Educação. *Programa Universidade para Todos: Bolsa Permanência*. Brasília, DF. Disponível em: < [Home — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](#)>

*Economia e Sociedade*, Campinas, v. 15, n. 3 (28), p. 475-514, dez. 2006.

OSTRY, J.D.; *Redistribution, Inequality and Growth*. IMF, 2014. Disponível em <[Redistribution, Inequality, and Growth; by Jonathan D. Ostry, Andrew Berg, and Charalambos G. Tsangarides; ; IMF Staff Discussion Note SDN/14/02: February 26, 2014](#)>

Dados abertos Prouni, 2021. Disponível em <[Prouni - Dados Abertos - MEC](#)>

RIBEIRO, V.S.; *Finanças Públicas, Renúncia Fiscal e o Prouni no Governo Lula*. Silo Tips, 2017. Disponível em <[\[PDF\] Finanças Públicas, Renúncia Fiscal e o ProUni no Governo Lula - Free Download PDF \(silo.tips\)](#)>

CRUZ, A.C.; *Os Efeitos dos Gastos Públicos em Infraestrutura e em Capital Humano no Crescimento Econômico e na Redução da Pobreza no Brasil*. *Revista Econômica*, 2010. Disponível em <[vol11n4p163\\_185.pdf \(anpec.org.br\)](#)>